

Deputado Aldo Fagundes
Assessoria * 6 JUL 1980
"Constituinte não é questão partidária"

ANC 88
Pasta 80/81
033/1980

O Secretário-geral do PMDB, deputado Aldo Fagundes (RS), disse ontem que a autorização que a comissão nacional deu ao presidente Ulysses Guimarães, para dialogar com outros partidos oposicionistas, em torno da campanha pela Constituinte tem dimensão de reivindicação nacional, "pois não é mais uma questão partidária".

Não sendo uma questão exclusiva do PMDB, observou "a campanha por nós encetada tentará desenvolver-se de modo solidário e se possível, uníssono com outras agremiações políticas de oposição, pois será este um testemunho público da unanimidade oposicionista em torno da tese".

Segundo Aldo Fagundes, a campanha dará ênfase ao aspecto substantivo, isto é, à tese em si mesma — Constituinte.

"Os aspectos adjetivos ou processuais não são essenciais para a pregação a ser feita e vão ser considerados no momento próprio — frisou.

CONVENÇÃO

O dirigente oposicionista lembrou que a necessidade da convocação da Assembleia Nacional Constituinte foi, inicialmente, defendida pelo extinto MDB há algum tempo. Houve, inclusive, uma convenção específica para decisão neste sentido e, a partir a tese ganhou as ruas, com simpósios, comícios, cartazes e discursos nos órgãos de representação política.

Há quem veja na tese, hoje continuada na pregação do PMDB e de outros partidos oposicionistas, um enfoque marcadamente jurídico, sem abranger os dramas maiores do povo brasileiro, situados mais na ordem econômica. Não é assim, porém. Reduzir-se a campanha pela Constituinte a uma simples preocupação bacharelesca, voltada para o pensamento liberal das elites do país, é desconhecer o seu sentido político, no seu mais alto alcance a reconciliação da sociedade com o Estado — afirmou o deputado Aldo Fagundes.

Na sua opinião, "Constituinte é liberdade, mas é também pão", interessando ao intelectual e ao trabalhador. "Fala ao estudante e à dona-de-casa, relaciona-se com o fazendeiro e com o camponês", acrescentando:

— O que se busca, em resumo, é um novo modelo para o Brasil não apenas nas suas estruturas jurídicas e políticas, mas na sua ordem social, ou, nas palavras do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães — "é a reforma com as ruas, antes que ela se faça nas ruas. Isto é, a reforma na lei e na paz, com o povo, antes da violência inconoclasta da revolta dos espoliados.

Empolgando a oposição

Demonstrando que o tema da Constituinte está empolgando novamente a oposição neste recesso parlamentar, o vice-líder do PMDB, deputado Oswaldo Macedo (PR), esclareceu ontem no Congresso, que não defende a "Constituinte com João", mas também não advoga nenhuma sedição ou derrubada do governo, "pois as forças democráticas não dão golpe de Estado".

"O que defendemos — observou — é a redução, o encurtamento do mandato do presidente da República; fixado em seis anos pelo 'pacote de abril'. A diminuição seria feita pelo Congresso, juntamente com a convocação da Constituinte é a eliminação de todos os resquícios da ditadura — leis de segurança, de imprensa, de greve, salvaguardas, reforma partidária, inelegibilidades e outras".

Na opinião do deputado Oswaldo Macedo, diminuído o mandato do presidente Figueiredo, "em virtude da pressão popular", o governo seria entregue a quem possa agir com neutralidade no desenrolar da campanha eleitoral que elegerá a Constituinte".

Isso ocorrendo, o vice-líder oposicionista levantou duas hipóteses para a chefia do Executivo: ou se entrega a um "governo provisório", composto de representantes das forças hegemônicas popularmente, ou se entrega ao Supremo Tribunal Federal, como foi feito em 1945.

Disse ainda que, com a Constituinte, em 1982, todos os mandatos legislativos, inclusive, de senadores, estariam caducos. "Durante a campanha — acentuou — deve ficar configurado que o poder está em disputa e que o povo será o único juiz e eleitor dessa disputa".

"E de se observar que a Constituinte é fórmula técnica adequada a ser encaminhada. Mas não é uma tese que por si só empolgue as massas; não é de fácil assimilação, nem tem componente emotivo. Ela não deve ser levada a debate de forma isolada, arida e tecnicista, mas acompanhada da objetividade própria que tem a disputa pelo poder através de uma campanha eleitoral" — afirmou.

Oswaldo Macedo, mais uma vez, sugeriu que, simultaneamente com a campanha pela Constituinte, deve-se promover uma campanha pela eleição direta de presidente da República, já com lançamento do nome do candidato das forças oposicionistas. Esse candidato deveria ser lançado necessariamente em 1981, na sua opinião.